TRIBUNA PARLAMENTAR
Informativo da Assembleia Legislativa de Pernambuco - Ano X – nº 93 – Julho de 2010

RINALDO MARQUES

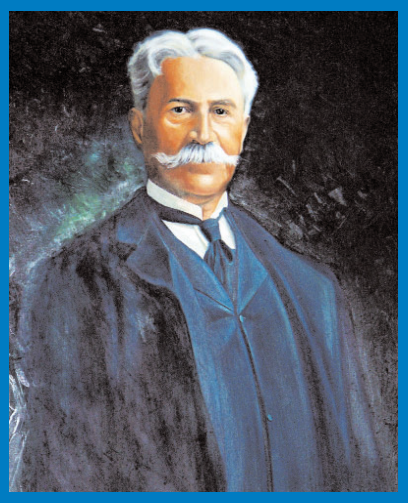


PARLAMENTO APROVA MAIS DE 1.500 MATÉRIAS NO 1º SEMESTRE

Página 4

SÉRIE MOSTRA ATUAÇÃO DO DEPUTADO JOAQUIM NABUCO

Páginas 3 e 6



ALEPE E TRE OFERECEM CURSO DE DIREITO ELEITORAL

Página 2



ARTIGO

CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS-ABORDAGEM DA SITUAÇÃO ATUAL

Everaldo Cabral *

O artigo 18 da Constituição de 1988 estabelece que "a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição". O inciso 3º do mesmo artigo define que "os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar". Assim, percebemos que já está definida a matéria com relação aos Estados da federação.

No entanto, quando observamos o inciso 4º ("a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações das localidades envolvidas, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei"), verificamos que na Carta Magna o tratamento dado

RINALDO MARQUES



aos Estados não é o mesmo dado aos municípios em relação à autonomia. De acordo com a redação oferecida ao inciso 4º, pela Emenda Constitucional nº 15/96, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios depende de lei complementar federal, o que até a presente data não ocorreu.

A partir da inclusão da matéria acima na Constituição Federal, no Estado de Pernambuco não foi emancipado nenhum novo município. Alguns Estados não cumpriram essa regra, tendo sido criadas, ao arrepio da lei, 57 cidades no Brasil.

Em 9 de maio de 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu o prazo de 18 meses para que o Congresso Nacional adotasse todas as providências legislativas para o cumprimento da norma imposta pelo inciso 4º do artigo 18 da Constituição Federal, tendo em vista que, até aquela data, a regulamentação não havia ocorrido. Entretanto, mesmo já tendo decorrido o prazo determinado pelo STF, a matéria ainda não está concluída.

Uma das primeiras iniciativas legislativas no sentido de regulamentar o aludido parágrafo foi o Projeto de Lei Complementar nº 130/96, atualmente apensado ao PLP 416/2008, que já foi aprovado no Senado e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, ao qual também está apensado o PLP 561/2010, última matéria legislativa a tratar do mesmo assunto.

Somente a partir da regulamentação da proposta pelo Congresso e da sanção pelo presidente da República é que os Estados poderão elaborar suas próprias leis complementares, regulamentando a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

Não sou favorável ao aumento indiscriminado de despesas com a criação de novas estruturas administrativas advindas da emancipação de municípios. No entanto, com o desenvolvimento gerado no Brasil e, em particular, no Estado de Pernambuco, defendo a criação de municípios, desde que atendam aos preceitos legais.

No decorrer da legislatura atual, foram apresentados pelos deputados estaduais de Pernambuco 12 projetos sobre emancipação, em todas as regiões. Para dar encaminhamento a essas matérias, com pelo menos a realização do estudo de viabilidade municipal previsto na Constituição Federal, a fim de definir se os distritos possuem ou não condições de serem emancipados, a Comissão de Negócios Municipais da Assembleia somente poderá dar seguimento ao processo legislativo após a regulamentação da Lei Complementar Federal. Vale ressaltar, todavia, que estamos prontos para cumprir, fielmente, os mandamentos legais acerca do assunto.

***Deputado pelo PTB**

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

SUCESSÃO 2010

CURSO ATUALIZA SERVIDORES SOBRE PROCESSO ELEITORAL

As limitações impostas pela legislação eleitoral dominaram as discussões do curso de Direito Eleitoral, no mês passado. Resultado de uma parceria entre a Alepe e o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE), os três módulos da iniciativa serviram para capacitar funcionários das duas Casas e de Câmaras Municipais. Foram contabilizados 141 inscritos, segundo a Escola do Legislativo (Elepe) e a Procuradoria Geral da Alepe, que organizaram o evento, juntamente com a Escola Judiciária do TRE. O evento, aberto no dia 14, contou com a presença do presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT). O parlamentar ressaltou a importância do curso. "O objetivo é esclarecer deputados, servidores e assessores políticos sobre quaisquer dúvidas com o tema eleições", frisou. Processo de Representação pelo Descumprimento da Lei 9.504/97 foi a palestra de abertura, ministrada por Fabiano Pessoa, analista judiciário do Tribunal. No dia 16, ocorreu o módulo II, com os professores Cibele Garrido (foto) e Breno Russel, ambos servidores do Tribunal. A primeira abordou o tema Recurso de Candidatura, e Russel falou sobre Causa de Inelegibilidade. À frente do terceiro módulo, no dia 21, o assessor da Corregedoria Eleitoral Orson Lemos debateu, no auditório do TRE, os dispositivos do Código Eleitoral quanto à divulgação dos candidatos. Ele ressaltou as proibições que regulam as campanhas. "Somente a partir do dia 6 de julho é autorizado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o início das campanhas eleitorais", ressaltou. "A grande novidade, entretanto, é a abertura total da internet à exposição dos candidatos", concluiu. A chefe do Departamento Pedagógico da Elepe, Fátima Galvão, informou não estar descartada a promoção de outros módulos do curso. "Como se trata de um ano eleitoral, a demanda pelo aprendizado da legislação específica cresce, motivo pelo qual estendemos o convite a diversos órgãos do Estado e a servidores de algumas Câmaras Municipais", lembrou.

JOÃO BITA



EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Antônio Moraes; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sebastião Rufino; **3º Secretário**, Deputado Aglailson Júnior; **4º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira. **Assistente de Comunicação Social:** Cláudia Lucena. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco. **Editor:** Marconi Glauco. **Revisão:** Cláudia Lucena, Marconi Glauco e Andréa Tavares. **Redatores:** Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Talita Arruda e Yanna Araújo. **Estagiários:** Jullimária E. Dutra e Paulo Maciel. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques. **Tratamento de Imagem:** Ricardo Verçosa. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3183-2107. PABX 3183.2211.

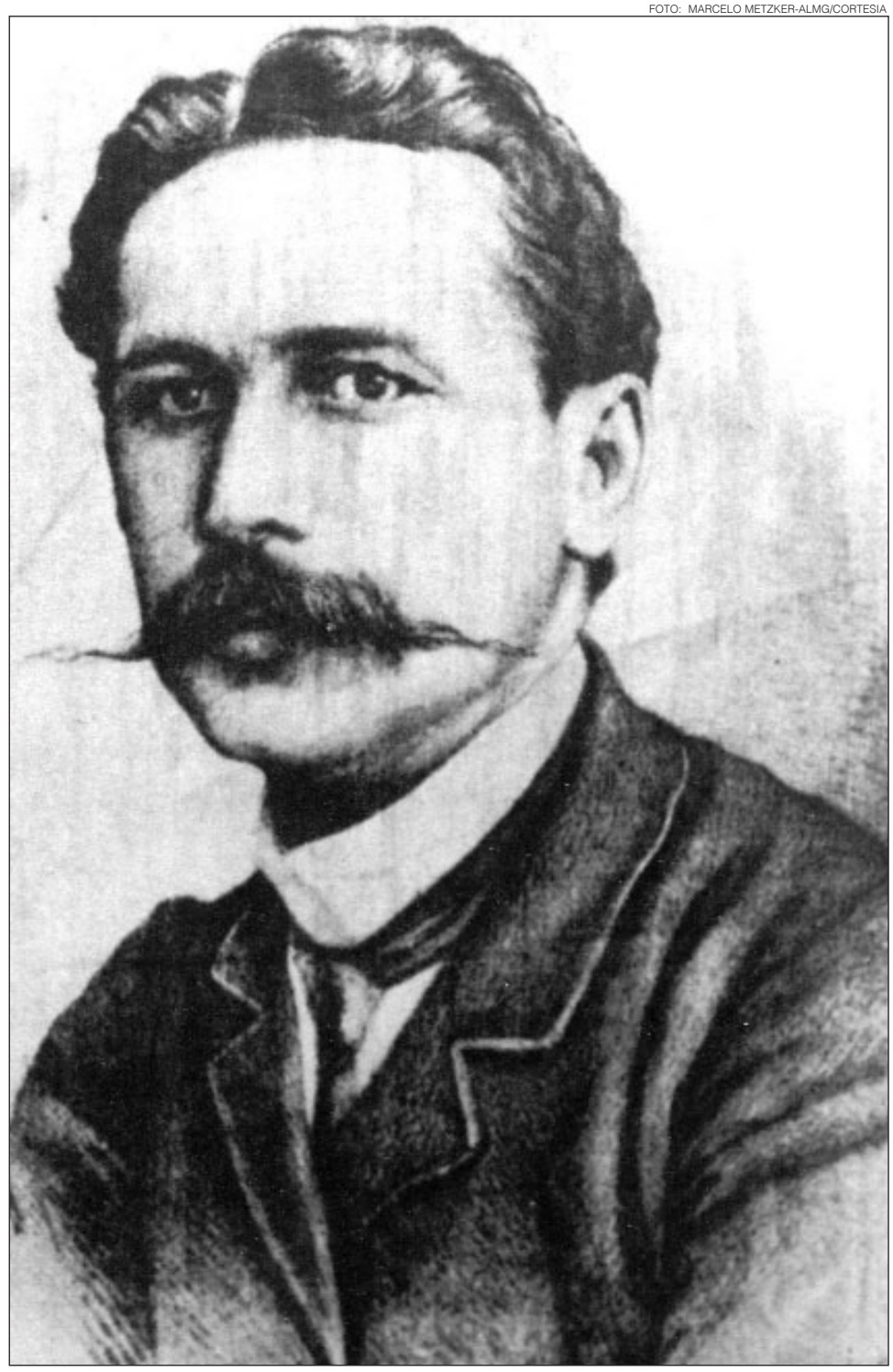
Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dcomunic@alepe.pe.gov.br*

100 ANOS SEM NABUCO

ANO NACIONAL JOAQUIM NABUCO RENDE HOMENAGENS AO POLÍTICO

Renata Varjal

FOTO: MARCELO METZKER-ALMG/CORTESIA



Iniciativas fazem justiça à relevante atuação parlamentar de Joaquim Nabuco

Os pensamentos e ideais de Joaquim Nabuco, considerados revolucionários para sua época – segunda metade do século XIX, são, ainda hoje, temas atuais, passados mais de cem anos daquele período efervescente da história política e social do Brasil. Bandeiras como a Reforma Agrária e a defesa do meio ambiente ainda afligem grande parte da sociedade brasileira. Por isso mesmo, não foram aceitas, nem sequer implantadas naquele período. Apesar disso, Nabuco alcançou o sucesso político com a sua inestimável contribuição para o fim do regime escravocrata, o que lhe trouxe, inclusive, reconhecimento nacional e internacional.

O maior líder abolicionista brasileiro recebeu homenagens, condecorações e honrarias de autoridades políticas e de entidades governamentais e não-governamentais, de diversos lugares do mundo, pela nobre causa que defendeu ao longo da sua vida. Em 2009, por exemplo, um decreto do Congresso Nacional, sancionado pelo presidente da República, instituiu 2010 como o Ano Nacional Joaquim Nabuco, em homenagem ao centenário de morte do pernambucano.

Na terra natal, as homenagens começaram desde 2009. A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) vem realizando uma série de eventos como o seminário sobre o exparlamentar, promovido no mês de agosto, em parceria com a Academia Brasileira de Letras (ABL); a publicação completa de suas obras; e a inauguração do busto de Nabuco, no Museu do Homem. Além disso, a Fundaj realizou, em conjunto com o Instituto Cultural Banco Real, a exposição *Joaquim Nabuco, brasileiro, cidadão do mundo*, sob a curadoria da cientista política Helena Severo.

Em março, abrindo o calendário de comemorações pelo Ano Nacional Joaquim Nabuco, o Legislativo Estadual reverenciou o abolicionista. Na ocasião, foram depositadas flores no busto do estadista, em frente ao prédio-sede da Alepe, na Rua da Aurora, no Recife, e realizada uma reunião solene no Plenário. Um dos netos de Joaquim Nabuco, o advogado José Thomaz Nabuco Filho, representou a família. As homenagens foram idealizadas pela Comissão Especial instituída pelo Legislativo pernambucano, composta pelo presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT); pelo 1º secretário, deputado João Fernando Coutinho (PSB); e pelos deputados Raimundo Pimentel (PSB) e Augusto Coutinho (DEM). O presidente de honra da Comissão é o ministro do Tribunal de Contas da União Marcos Vilaça.

Ainda integrando o calendário de comemorações, a Assembleia Legislativa promoverá, em 18 de agosto, reunião solene em que será concedida a Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, ao médico cardiologista Maurílio Rodrigues e à Fundação Joaquim Nabuco. Na ocasião, os 49 parlamentares, o governador Eduardo Campos, os presidentes dos Tribunais de Justiça (TJPE), Regional Eleitoral (TRE/PE), Regional Federal da 5ª Região (TRF), Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT), do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PE) e o procurador-geral de Justiça de Pernambuco serão homenageados com a Medalha Comemorativa pelo Ano Nacional Joaquim Nabuco.

O objeto será confeccionado em bronze, na cor de ouro, tendo em uma das faces a imagem frontal do Palácio Joaquim Nabuco e, na outra, em alto relevo, do abolicionista. O projeto de criação da comenda é de autoria da Mesa Diretora da Casa. Outra ação comemorativa ao centenário de morte do abolicionista é o concurso *História Ilustrada: Vida e Obra de Joaquim Nabuco*. A iniciativa é uma parceria entre o Legislativo Estadual, a Fundaj e a Secretaria de Educação do Estado. Participam do concurso alunos das redes públicas federal, estadual e municipal, além da rede privada de ensino de Pernambuco. Os estudantes produzirão histórias ilustradas, originais, sobre a vida e obra do pensador, escritor, diplomata, jornalista e abolicionista Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo.

Os trabalhos serão julgados por uma comissão composta por três integrantes das instituições envolvidas no concurso e por dois especialistas da Fundaj. As categorias vencedoras serão contempladas com uma quantia em dinheiro, além de um computador. As inscrições seguem até o dia 30 de setembro, e a divulgação do resultado será no dia 19 de novembro, no Engenho Mas- sangana, no Cabo de Santo Agostinho, local onde Nabuco passou parte da infância.

Outras ações em homenagem ao líder abolicionista tramitam no Legislativo Estadual e devem ser implementadas ao longo do ano.

Continua na página 6

BALANÇO

RINALDO MARQUES



Entre as iniciativas aprovadas em Plenário, está a que consolida a urbanização da Zona Industrial do Complexo Portuário de Suape

SEMESTRE MOVIMENTADO. MAIS DE 1.500 PROPOSTAS ACATADAS

O primeiro semestre de 2010 encerrou, na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), com um saldo de 1.573 matérias aprovadas, das 1.711 apresentadas, entre projetos de lei complementar, ordinária, de resolução, emendas à Constituição, indicações e requerimentos. Apenas 114 proposições permanecem em tramitação. No período, a Casa realizou 76 reuniões ordinárias, duas extraordinárias, uma especial e 36 solenes. Para o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), as ações do Parlamento Estadual beneficiaram a população e consolidaram o desenvolvimento de Pernambuco.

"O balanço do semestre é positivo. A Assembleia cumpriu seu papel, defendendo os interesses da sociedade", afirmou Uchoa, agradecendo, ainda, a colaboração de todos os deputados e funcionários, responsáveis por viabilizar a atuação parlamentar. Primeiro-secretário, o deputado João Fernando Coutinho (PSB) considerou o trabalho "exitoso". "Contamos com o empenho de todos os parlamentares e servidores e, assim, garantimos a execução de medidas prioritárias", enfatizou.

Entre as proposições acatadas, de 1º de fevereiro até 30 de junho, o presidente Guilherme Uchoa citou a que consolida a urbanização da zona industrial do Porto de Suape; a que isenta a população de baixa renda da taxa de inscrição em concurso público, a que prevê a interiorização de duas unidades do Instituto de Medicina Legal (IML) e a que cria a Agência de Águas e Clima. Quanto à isenção da taxa de inscrição em concurso, a norma, baseada em projeto da deputada Terezinha Nunes (PSDB), obriga os três Poderes Estaduais a prever a regulamentação da norma nos editais. A Agência Pernambucana de Águas e Climas é de autoria do Executivo e visa gerir a política de recursos hídricos.

Implementação da Agência de Águas e Clima também suscitou diversos encontros

Também foi aprovada a proposição que proíbe a cobrança de material escolar de uso coletivo. O texto, apresentado pelo líder do Governo na Casa, deputado Isaltino Nascimento (PT), veta instituições privadas de ensino de cobrar dos alunos qualquer taxa para aquisição de material de ensino utilizado por todos os estudantes. Outras iniciativas acatadas são a que obriga a realização do teste do reflexo vermelho em recém-nascidos, a fim de diagnosticar doenças visuais, da deputada Miriam Lacerda (DEM); e a que incentiva o bom desempenho policial, com o Prêmio de Defesa Social, apresentada pelo Executivo.

ADMINISTRATIVO - Uchoa também elencou as ações administrativas do Parlamento de Pernambuco, a exemplo das comemorações do Ano Nacional Joaquim Nabuco, que registra o centenário de morte do patrono da Casa; dos 175 anos da Alepe; a participação inédita da Assembleia na 8ª Semana de Museus e a realização do curso sobre processo eleitoral.

Os trabalhos do último ano da 16ª Legislatura serão retomados em 2 de agosto. Guilherme Uchoa e João Fernando Coutinho afirmaram que, "neste semestre, haverá um esforço concentrado dos parlamentares no sentido de não deixar o processo eleitoral atrapalhar a atuação no Legislativo".

BALANÇO

Comissões aprovam questões importantes para o Estado

CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Num semestre de intensa atividade, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) contabilizou 224 matérias na pauta de discussão. Dessas, 155 proposições, entre projetos de lei ordinária, complementar e de resolução, foram acatadas; 31 rejeitadas e 38 não foram apreciadas, em virtude do pedido de vista dos integrantes do colegiado. O grupo ainda promoveu 18 reuniões ordinárias, duas extraordinárias e cinco audiências públicas.

Das matérias que passaram pelo crivo dos parlamentares da CCLJ, textos como os de números 1.469/2010 e 1.649/2010 movimentaram as discussões. O primeiro deles, ainda no mês de março, tratou da criação da Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac), que passou a monitorar, dentre outras coisas, o uso das águas dos mananciais.

A segunda iniciativa significou alento para as vítimas das enchentes ocorridas, no Estado. Isso porque, para dar celeridade ao socorro às famílias, o Governo de Pernambuco criou o Fundo Especial de Combate às Situações de Emergência e Calamidade Pública (Fecsec), no qual serão concentrados os recursos para assistência à população. "Essas foram, sem dúvida, matérias de suma importância. E, considerando o atual cenário de enchentes, pode haver uma correlação entre ambos os assuntos;- visto que a Apac estará encarregada de monitorar os mananciais", analisou o presidente do colegiado, André Campos (PT).

JOÃO BITA



Deputado petista André Campos (3º do lado direito) preside o grupo de trabalho

FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

Testemunha da guinada econômica de Pernambuco, que, desde o princípio de 2010, tem ostentado crescimento na arrecadação, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe começou o ano embalada pelos bons ventos da política fiscal do Estado. Foram recebidas pelo colegiado 213 proposições para apreciação; no primeiro semestre. Das matérias apresentadas aos parlamentares, 76 foram aprovadas, 25 rejeitadas, cinco retiradas da pauta de votação, a pedido dos autores, e 107 continuam a tramitar.

Contabilizou-se um total de 12 reuniões ordinárias realizadas e uma audiência pública. Dentre os encontros, a apresentação da execução orçamentária do último quadrimestre de 2009 ganhou destaque, em abril deste ano. Durante o debate, o secretário estadual da Fazenda, Djalmo Leão, anunciou a recuperação financeira do Estado, após a crise econômica mundial. O gestor antecipou também ter havido o aumento de 21% na captação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nos três primeiros meses de 2010.

Para o presidente da Comissão de Finanças, Geraldo Coelho (PTB), as iniciativas implementadas pelo Governo permitiram vivenciar um cenário mais tranquilo, em meio à instabilidade. "Foi possível dar continuidade aos investimentos em educação e saúde. Sem dúvida, um semestre positivo, principalmente, pelo aumento da captação de receita", argumentou o petebista.



Parlamentar petebista Geraldo Coelho (centro) dirige colegiado permanente

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mais um incentivo à educação dos jovens pernambucanos foi sacramentado pela Comissão de Administração Pública, ao longo do primeiro semestre. O colegiado aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei Ordinária nº 1.551/2010, obrigando as instituições de nível superior a disponibilizar pelo menos um exemplar dos livros sugeridos nos cursos de Graduação.

De autoria do líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Isaltino Nascimento (PT), a medida - à época elogiada pelo presidente do grupo, deputado Maviael Cavalcanti (DEM), deverá ser cumprida pelas unidades de ensino privadas e públicas. Os centros educacionais que não possuírem bibliotecas terão de catalogar os exemplares na instituição educacional mais próxima.

Além da proposição, foram apresentadas ao colegiado, no período, 187 matérias. Destas, 113 foram analisadas pelo grupo, que concedeu parecer favorável a todas. Do quantitativo acatado, também ganhou destaque o texto de autoria do deputado Barreto (PMN), obrigando a afixação de cartazes, nas unidades de ensino, alertando sobre os riscos da dengue. Quanto ao número de encontros realizados, Administração Pública contabilizou 14 reuniões ordinárias e uma extraordinária.

MOISÉS BARBOSA



Na presidência da Comissão, o deputado Maviael Cavalcanti (3º à direita)

100 ANOS SEM NABUCO



Localizado às margens do Rio Capibaribe, na Rua da Aurora, centro do Recife, o prédio-sede do Poder Legislativo Estadual recebeu o nome de Casa Joaquim Nabuco

FOTOS: RINALDO MARQUES



Na Praça Joaquim Nabuco, no Centro, estátua do abolicionista em tamanho natural retrata um de seus discursos em prol da abolição dos escravos

O RECONHECIMENTO HISTÓRICO DE PERNAMBUCO AO ABOLICIONISTA

Larissa Rodrigues

Continuação da página 3

O pernambucano que dedicou parte de sua vida à causa abolicionista recebeu, no Estado, ao longo da história, inúmeras homenagens que expressaram o reconhecimento pela sua luta. Como a igualdade entre os homens foi sua maior bandeira, nada mais justo que seu nome batizasse o prédio-sede do Poder Legislativo Estadual, lugar que dá voz aos pernambucanos. Outras entidades, a exemplo de faculdades e escolas, além de praças e avenidas, também levam o nome de Nabuco.

A Fundação Joaquim Nabuco, criada por lei federal de iniciativa do então deputado Gilberto Freyre, em 1949, é exemplo disso. A instituição é ligada ao Ministério da Educação e se dedica a estudos e pesquisas das condições do homem do Norte e do Nordeste do Brasil.

Existe, também, a Faculdade Joaquim Nabuco, entidade privada de Ensino Superior, localizada no Recife e no Paulista, e o município pernambucano de Joaquim Nabuco, criado em 1953, na Mata Sul. No quadro ao lado, mais alguns exemplos de reconhecimento público ao grande abolicionista.

Homenagens a Nabuco

- Praça Joaquim Nabuco, no centro do Recife, no final da Rua da Concórdia, onde há uma estátua do abolicionista em tamanho natural com as mãos para o alto, lembrando um dos discursos feitos em prol da abolição dos escravos.
- Avenida Joaquim Nabuco, no bairro de Ouro Preto, em Olinda.
- Rua Joaquim Nabuco, no bairro das Graças, no Recife, ligando o Derby à Madalena.
- Mausoléu de Joaquim Nabuco, onde ele está enterrado, no cemitério do bairro recifense de Santo Amaro.
- Escola Joaquim Nabuco, na Avenida Presidente Kennedy, no bairro de Peixinhos, em Olinda.
- Escola Estadual Joaquim Nabuco, localizada na Rua Imperial, no bairro de São José, no Recife, que também possui uma estátua do abolicionista.
- Escola Municipal Joaquim Nabuco, no município de Panelas, na Mata Sul de Pernambuco.
- Escola Joaquim Nabuco, na cidade de Carpina, Mata Norte do Estado.
- Segunda e quarta Travessas Joaquim Nabuco, no bairro do Timbó, no município de Abreu e Lima, no Grande Recife.
- Rua Joaquim Nabuco, no município de Itambé, na Zona da Mata Norte de Pernambuco.
- Sobrado Joaquim Nabuco, onde ele nasceu, em 1849, localizado na Rua da Imperatriz Tereza Cristina, 147, bairro da Boa Vista, Recife. Imóvel é considerado patrimônio cultural do Brasil e está sendo recuperado.

FONTE: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

PERFIL PARLAMENTAR

Ex-secretários fecham série de pequenas biografias

RINALDO MARQUES



Comunista teve experiências no Executivo

Casa não é novidade para Nelson Pereira

Motivado a entrar na carreira pública para contribuir com o município de Mirandiba, no Sertão Central, e buscar soluções para os problemas da cidade, Nelson Pereira candidatou-se, em 1992, para o cargo de prefeito da localidade. O fato contribuiu para que, em 1998, ficasse na 1ª suplência de deputado estadual, posto que ocupou em 2000, quando o então deputado João Paulo (PT) foi eleito prefeito do Recife.

Em 2001, desligou-se do Partido dos Trabalhadores e filiou-se ao Partido Comunista do Brasil. Pelo PCdoB, reelegeu-se deputado, permanecendo até 2006. De 2007 a dezembro de 2009, esteve no comando da Secretaria Especial de Esportes de Pernambuco. Retornou à Alepe, em 2010, e vê como principal desafio a limitação de legislar sobre determinadas temáticas. "Muitas vezes, a sociedade interpreta de maneira errônea, mas nossa função é propor ações de interesse público e, não executá-las", acrescentou.

Além dos cargos públicos, Pereira é odontólogo e advogado. Gostaria de ser lembrado como pessoa de origem simples, que "nunca alterou seu eixo de pensamento". "Quero estar aqui honrando a confiança da população do nosso Estado e da cidade de Mirandiba", pontuou. O parlamentar é, atualmente, integrante das Comissões de Finanças e de Administração Pública. É suplente nas Comissões de Defesa do Meio Ambiente; de Agricultura, Pecuária e Política Rural; e de Saúde e Assistência Social.

RINALDO MARQUES



Deputado passou por Prefeitura e Governo

Ângelo tem vivência no Poder Executivo

Exercendo o primeiro mandato como deputado estadual, Ângelo Rafael Ferreira dos Santos (PSB) foi eleito com 36.425 votos. Natural de Sertânia, a 309 quilômetros do Recife, no Sertão do Moxotó, o parlamentar nasceu em 17 de julho de 1953. Com formação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Ângelo Ferreira acumulou experiência no Poder Executivo do município, onde foi eleito por duas vezes prefeito (de 1996 a 2004). O gosto pela política foi herdado do pai, Arlindo Ferreira dos Santos, que também foi gestor de Sertânia, por dois mandatos.

Em 2007, logo após sua posse no Parlamento pernambucano, o deputado licenciou-se para assumir a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, a convite do governador Eduardo Campos (PSB). Conhecedor da realidade rural, ocupou o cargo até março de 2010, quando reassumiu a cadeira, no Palácio Joaquim Nabuco.

Na Assembleia, ele é vice-líder do Governo, membro titular das Comissões de Esporte e Lazer e de Desenvolvimento Econômico e Turismo, além de suplente das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça; da Ciência, Tecnologia e Informática; e de Assuntos Internacionais.

RINALDO MARQUES



Recifense, parlamentar tem base no Sertão

Sebastião divide tempo entre Alepe e medicina

Nascido no Recife, mas com origens políticas sertanejas, do município de Serra Talhada, terra natal de seus pais, Sebastião Oliveira Júnior (PR) está no segundo mandato como deputado. Foi eleito com 47.364 votos nas últimas eleições. Filho do ex-deputado Sebastião Oliveira Neto e da professora Célia Maria, o parlamentar estabeleceu sua plataforma de atuação na Alepe direcionada ao Sertão pernambucano.

"Nosso objetivo é defender projetos estruturadores para Pernambuco, nas áreas de saúde pública, educação, cidadania e segurança pública", destacou. Entre janeiro de 2007 e março de 2010, o republicano foi secretário estadual de Transportes. No fim de março, reassumiu as funções de deputado estadual.

Como médico, em 1997, Sebastião Oliveira Júnior tornou-se especialista em Endocrinologia e, logo em seguida, foi eleito para compor a diretoria da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), onde permanece como 2º vice-presidente.

Atualmente, além de médico do Instituto de Endocrinologia do Recife, onde mantém consultório particular, é professor da disciplina de Endocrinologia, na Universidade de Pernambuco (UPE).

Na Casa Joaquim Nabuco, Sebastião Oliveira Júnior é o 1° vice-líder da bancada do partido e titular das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e de Cidadania e Direitos Humanos.

SEGUNDA CULTURAL

FORRÓ ENCERRA TEMPORADA

Projeto conclui promoção de *shows* em ritmo das festas juninas

RINALDO MARQUES



Cantora mineira Irah Caldeira deu um brilho especial à última edição do semestre do Segunda Cultural

O São João já passou, mas a trilha sonora da festa continua a ecoar na mente do público que compareceu à última edição do Projeto Segunda Cultural, do 1º semestre deste ano. O som da sanfona, o tililim do triângulo e o tum-tum-tum da zabumba anunciaram, no dia 7 de junho, no Teatro do Parque, a chegada das festas juninas. Numa harmonia eletrizante, o ritmo mais popular do Nordeste trouxe toda a alegria característica de uma das mais agradáveis celebrações da região, contagiando a plateia que lotou a edição do espetáculo promovido pela Assembleia Legislativa.

Autênticos artistas da cultura nordestina deram o tom. Jesuíno abriu a noite no melhor do estilo regional, que ele busca preservar com autenticidade. Natural da cidade de Araripina, no Sertão, chegou ao Recife em 1995, onde divulga sua arte, sempre focada na preservação das suas raízes.

Raminho do Acordeon ganhou a primeira sanfona do pai ainda na adolescência. Mas a paixão pela música não tinha aflorado e, então, trocou o instrumento por uma bicicleta, desejo natural da idade. Mais tarde, a vocação falou mais alto, e a carreira artística teve início. Em nova fase, após acompanhar diversos artistas, Raminho iniciou carreira solo. "Manter as tradições nordestinas vivas é o foco principal do meu trabalho, além de difundir a obra magnífica que herdamos de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião", disse.

A terceira atração da noite já subiu ao palco mostrando para que vinha. Enquanto afinavam as violas, as repentistas Mocinha de Passira e Santinha Maurício improvisaram alguns versos, arrancando gargalhadas do público. Com muita simpatia e descontração, a poetisa e radialista Roberta Clarissa completou o Trio Repente e Poesia. Mocinha de Passira é considerada, atualmente, o nome mais forte da cantoria feminina. O improviso ao som da viola e as declamações das poesias de autoria de Roberta Clarissa, todas no estilo da cantoria, seguindo a métrica, rima e oração, são as características da poesia popular feita pelos cantadores.

Tida como uma das maiores expressões em ascensão na música popular nordestina, a cantora mineira Irah Caldeira foi a atração principal da noite. No *show*, Irah mostrou um repertório do período junino, mas também canções do álbum *Marias... Das Dores... Daluz! Mulheres Compositoras do Nordeste*, o primeiro da história da música brasileira a registrar a obra de compositoras, lançado em 2009.

"É uma honra participar de um projeto como o Segunda Cultural, que valoriza a cultura regional, contribuindo para o fortalecimento dos artistas da terra", disse Irah Caldeira, intérprete que já participou de vários trabalhos de artistas consagrados da música popular brasileira.

No Ano passado, a cantora lançou o DVD *Girassol de Desejos*, em comemoração aos dez anos de carreira. Este ano, já lançou os CDs *Irah Caldeira Cantadeira* e *Irah Caldeira Forrozeira*, áudio do DVD *Girassol de Desejos*.

CONFRATERNIZAÇÃO

FUNCIONÁRIOS FESTEJAM SÃO JOÃO DA ALEPE

A festa de São João deste ano da Assembleia Legislativa, realizada no dia 16 de junho, contou com a participação de muitos funcionários da Casa. Comidas típicas e muito forró pé de serra trouxeram animação à confraternização entre servidores e deputados.

A festa aconteceu ao som das Bandas Flor de Cajazeira e Chamego do Amor, além do cantor Maciel Melo, numa promoção da Mesa Diretora da Alepe, com organização da Superintendência de Recursos Humanos da Casa.

Segundo os organizadores, o São João da Alepe é realizado para divertir e proporcionar a interação entre os funcionários.

Na festa, os matutos mais caracterizados ganharam prêmios e, por fim, houve um concurso de dança, que contemplou o casal que melhor se apresentou, formado por José Paulo (Comissão de Ciência e Tecnologia) e Conceição Leite (Gabinete do deputado Bringel).

JOÃO BITA



Artista Maciel Melo animou parlamentares e servidores do Legislativo